

# Tratamento conjunto para todas as regiões ultraperiféricas

ROBERTO FERREIRA  
rferreira@dnnoticias.pt

O Governo Regional decidiu, na habitual reunião de Conselho, aprovar e enviar para a Assembleia Legislativa da Madeira e para o Governo da República – nomeadamente, para o primeiro-ministro e para o ministro dos Negócios Estrangeiros –, a resolução com as directrizes gerais da Madeira, para o próximo Quadro Financeiro Plurianual 2028-2034.

O objectivo, referiu o secretário regional das Finanças, é apelar ao apoio e à solidariedade política no que às pretensões específicas da Região diz respeito, no âmbito das negociações do próximo modelo de governação dos fundos europeus.

Como explicou Duarte Freitas, a União Europeia encontra-se, neste momento, a preparar o futuro quadro comunitário de apoio, devendo apresentar, já em Julho deste ano, as propostas legislativas, bem como as políticas sectoriais e o respectivo financiamento europeu para o período pós-2027.

Neste sentido, salientou o responsável pela coordenação dos assuntos europeus, o Governo Regional decidiu pronunciar-se sobre o enquadramento pretendido nas propostas legislativas e no orçamento renovado que a Comissão Europeia se prepara para apresentar e que contém um conjunto de orientações e opções que são determinantes para o futuro da Região.



Duarte Freitas com Fernanda Cardoso, directora regional dos Assuntos Europeus.

Assim sendo, reforçou o secretário das Finanças, no documento elaborado, a Madeira reivindica um “tratamento de conjunto” para todas as Regiões Ultraperiféricas (RUP), com a sua inclusão automática no grupo das “regiões menos desenvolvidas” da política de Coesão, da Política Agrícola Comum e das verbas para as Pescas, independentemente do seu PIB per capita ser ou não inferior a 75% da média do PIB da EU 27.

“As Regiões Ultraperiféricas apre-

**GR REIVINDICA  
TAMBÉM COMO  
PRIORIDADE  
ELEVADA HABITAÇÃO  
A PREÇOS ACESSÍVEIS**

sentam vulnerabilidades estruturais óbvias, devido ao seu afastamento, isolamento e pequena dimensão, o que dificulta o seu desenvolvimento económico e social. Por isso, defendemos que o enquadramento das RUP, nas regras mais favoráveis, no reforço dos fundos da Coesão e medidas excepcionais para 2028-2034, deverá continuar a ser um objectivo permanente de toda a União Europeia”, acentuou o governante, realçando que este é apenas o início de um caminho de trabalho conjunto,

na procura de soluções adaptadas às necessidades da Região.

Ainda no âmbito do novo compromisso da União Europeia, Duarte Freitas reiterou que o Governo Regional reivindica, também, como prioridade elevada, a habitação a preços acessíveis, com a adopção de medidas específicas para as Regiões Ultraperiféricas, propondo-se que as RUP sejam beneficiárias de acções-piloto no âmbito das futuras estratégias europeias “anti-pobreza” e “habitação a preços acessíveis”.

Da mesma forma, frisou o secretário regional, são exigidas acções específicas para fomentar o investimento no quadro da União das Competências, para reduzir o desemprego, nomeadamente dos jovens, favorecer o emprego, reter os talentos, lutar contra o abandono escolar e promover a inclusão social.

No que diz respeito à agricultura e às pescas, a Região quer negociar o reforço dos fundos e o aumento das verbas atribuídas, bem como medidas particulares para as RUP, independentemente do posicionamento no grupo das “regiões menos desenvolvidas” da União.

“Estamos perfeitamente conscientes destas questões e é nesse sentido que procuramos preparar, em tempo útil, os diversos instrumentos e as soluções específicas, para que a Região possa manter a trajectória de desenvolvimento, que vá de encontro às legítimas aspirações dos madeirenses e porto-santenses.”